



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17194 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais -N

Escrevivência de uma Mulher, Negra e Quilombola: Questões de Raça no Trabalho Docente  
 Izabel Santos Pereira - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia  
 FAPESB

## **ESCREVIVÊNCIA DE UMA MULHER, NEGRA E QUILOMBOLA: QUESTÕES DE RAÇA NO TRABALHO DOCENTE**

**Resumo:** Ao pensarmos na presença das mulheres negras e quilombolas na história do Brasil, percebemos que elas historicamente foram silenciadas, a partir do racismo e sexismo que, ainda, permeia o país. Esse estudo, portanto, é um recorte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, tendo como objetivo apresentar a escrevivência de uma mulher, negra e quilombola que teve seu direito negado durante o processo educacional. Nesse sentido, traz-se para discussão a ausência de políticas públicas efetivas que garantam os direitos citados pela Diretriz Curricular para Educação Escolar Quilombola, como um currículo intercultural que valoriza os saberes sociais, culturais e políticos dos estudantes. Para tanto, é fundamental que as comunidades quilombolas, grãos, estudantes, lideranças, professores sejam construtores desse currículo.

**Palavras-Chave:** Escrevivência; Educação do Campo; Mulheres negras; Educação Escolar Quilombola; Racismo.

### **1. Mulheres Negras e Quilombolas na História do Brasil**

A mulher negra e quilombola na condição de escravizada passaram por enfrentamentos constantes de classismo, racismo e sexismo que se perpetuam desde o período escravagista, até atualmente, colocando-as em situação de vulnerabilidade social. No ano de 1500, navios de tráfico embarcaram à força mulheres, homens e crianças em uma viagem sem volta, para serem escravizados nos engenhos de açúcar, plantações de café, arroz, algodão e minas de ouro e tantas outras atividades, como afirma Gomes (2019). As mucamas, nomeadas mulheres que trabalhavam nas casas grandes como domésticas, viviam sob o

controle dos senhores, sofrendo estupro e como objeto de reprodução, no final do dia eram levadas para senzalas onde ficavam trancadas sob a guarda dos feitores. Pode-se concluir que as opressões de raça, classe e gênero enfrentadas pelas mulheres na sociedade atual perpassam pelo processo da escravização do povo africano.

As mulheres escravizadas contribuíram ativamente na economia para os colonizadores no Brasil. Esse processo é muito bem explicado por Gomes (2019), negras tinham triplas jornada de trabalho, nas lavouras cortava cana-de-açúcar, plantavam e colhiam café, na casa grande limpava, cuidava e cozinhava e na senzala fazia as mesmas atividades durante o dia. Assim era considerada detentora de vasta obrigações domésticas, com habilidades para cuidar do lar, cozinhar, ser mama de leite e objeto sexual dos senhores. Dessa forma, os direitos das mulheres negras no Brasil, têm sido historicamente violentadas, com cansativa jornada de trabalho, com pouca remuneração, “que trouxeram questionamentos à colonização de territórios, corpos e mentes” Sousa e Ribeiro (2022,p.200).

Mulheres escravizadas tiveram seu corpo plenamente explorado e violentados pelos colonizadores por meio da escravização e comercialização, tendo sua capacidade produtiva e/ou reprodutiva usufruída conforme a conveniência deste. Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem Ribeiro (2019). A escravidão foi sistema responsável pela configuração da imagem da mulher negra como objeto de desejo, essa visão é fruto de uma atuação conjunta do sexismo e do racismo na sociedade brasileira. As negras tiveram seus corpos sexualizados para satisfazer os desejos sexuais dos senhores e seus filhos sendo escravizados no trabalho doméstico nas casas grandes. Quando direcionamos o olhar para mulheres negras rurais e quilombolas, observamos que essa invisibilidade ainda é maior, elas conviveram e convivem com racismo e opressões sexistas, machistas e racistas e socioterritoriais. Uma vez por ser mulher e a outra por ser negra, do campo e quilombola.

A experiência de ser mulher negra e quilombola inserida geograficamente no campo, em um município que no último Censo (2010) sua população se diz mais negro do Brasil, mais poder executivo concentrado nas mãos fazendeiros e latifundiários, está impregnada de interseccionalidades com marcadores sociais. “A alfabetização e o estudo podem ser interpretados como meios de resistência, de ter e de dar uma melhor condição de vida para os filhos, principalmente, algumas

poucas filhas, já que às mulheres negras coube historicamente o fardo do cuidado” Sousa e Ribeiro (2022, p. 201). A trajetória de mulheres negras e quilombolas no ambiente escolar é marcada pelo enfrentamento dos preconceitos e racismo por apagamento e licenciamento na história. Pensar na complexidade deste contexto, a partir da educação quilombola e da educação escolar quilombola, não perdendo de vista a garantia dos direitos educacionais por meio da Lei 10639/2003 e da Diretriz curricular para Educação Escolar Quilombola.

## 2. Escrever, Aquilombar

Introduzo o leitor neste texto através de uma breve apresentação do meu caminho percorrido. Decidi compartilhar um pouco da minha vida pessoal, social e acadêmica, além das angústias e inquietações que me aproximaram cada vez mais do campo de pesquisa. Sendo assim, trazer um pouco das minhas vivências será um grande desafio, pois sempre tive um bloqueio para falar de mim mesma, de me colocar como protagonista de um processo. Regularmente preferi utilizar o nós, por considerar a coletividade como possibilidade de construção de práticas sociais efetivas.

[...] enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade de minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predetermined. [...] escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/o “validado/o” e “legitimado/a” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou se quer fora nomeada. (Kilomba, 2019, p. 28).

Sou filha caçula do casal Valdemira Sena de Almeida e Adolfo Paulino dos Santos, ambos agricultores familiares. Minha mãe analfabeta e meu pai com escolaridade incompleta, moradores da fazenda Santa Cruz no município de Antônio Cardoso– BA. A minoria das comunidades quilombolas dispõe de escolas, porém, estudo evidenciou que as mães das crianças quilombolas estudaram até o quarto ano do ensino fundamental, evidenciando altos índices de analfabetismo funcional Sousa (2023).

Quando eu tinha 9 anos, meu pai faleceu, então minha mãe trabalhou sozinha para criar seis filhos com o duro e sofrido trabalho na agricultura. Ela trabalhava nas roças e nas fazendas diariamente para conseguir o sustento da família. Neste sentido, como afirma (Santos, 2023, p. 6), “outro pulsar das memórias de criança é o caminho da roça, que fazíamos junto às gerações mais velhas, a geração mãe e a geração avó.” No plantio, ela fazia cultivo de milho e feijão em terras dos fazendeiros, plantando “à meia”, uma modalidade bastante comum de exploração do trabalho para limpar as fazendas de gado. Não tenho vergonha de relatar esse período da minha vida, ao contrário, tenho o maior orgulho da minha mãe, pois ela nunca cruzou os braços diante das situações mais difíceis. Ela sempre dizia que faria de tudo para que eu e meus irmãos tivéssemos uma vida digna.

Para compreendermos melhor o processo de formação desta pesquisadora, é necessário visitarmos a origem, os caminhos que me fizeram chegar até aqui. Retomando a vivência escolar, lembro-me que, quando criança, não tive acesso à Educação Infantil. Eu comecei a frequentar a escola com sete anos de idade, que era a idade obrigatória daquela época. Minha mãe conta até hoje que ela precisava ir trabalhar nas fazendas limpando pasto para que eu pudesse aprender para não ser igual a ela. O 15º artigo da Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012), diz que Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Esse é um direito das crianças Quilombolas, e o Poder Público tem obrigação de oferecer às crianças de 4 e 5 anos. Esse direito foi negado não apenas a mim, mas à maioria da população rural quilombola.

Lembro-me que nos primeiros anos na escola Municipal Eraldo Tinoco eu enfrentava trajetos que chegavam a 3 Km e duravam uma hora diária debaixo de sol ou chuva. O percurso era feito a pé, pois não havia transporte. Minha experiência não dialoga com o que está no Título VI da Diretriz segundo a qual a Educação Infantil e o Ensino Fundamental devem ser ofertados dentro do território Quilombola. Segundo a Lei, quando não for possível, o transporte público adequado e seguro deve ser garantido aos estudantes. Já na infância, a menina Quilombola e do Campo teve os princípios da Educação Escolar Quilombola violados, pois não conseguiu acessar uma educação pública gratuita e de qualidade.

A merenda ofertada na escola era suco industrializado e um biscoito de sal cheio de gordura saturada. Nós achávamos maravilhoso, pois muitas vezes essa era nossa segunda refeição do dia. O ambiente escolar é o espaço onde os discentes passam grande parte do seu dia, por isso é tão importante que ofereçam uma alimentação escolar de boa qualidade, respeitando a cultura, as tradições e os bons hábitos alimentares. Para isso, algumas medidas são necessárias, como apoiar o fortalecimento e o desenvolvimento da produção local pela agricultura familiar. De fato, estudar em condições desfavoráveis não estimula os estudantes a permanecer na escola, ou a sentir orgulho de estudar em sua própria comunidade. Em vez disso, fortalece ainda mais o estigma da escolarização empobrecida que tem sido ofertada no meio rural.

A quarta série 1º foi um período marcante, pois foi quando conheci o racismo pela primeira vez através das expressões racistas proferidas por meus colegas e professores: “cabelo duro”, “nariz de panela”. Por eu ser negra e pobre, sempre me excluía das brincadeiras e dos círculos de amizades.

Quando se é uma garota negra retinha, ninguém simplesmente gosta de você. Eles riem com você, contam segredos, tratam você como um dos garotos... mas nenhum carinho é dado, nenhum devoção é oferecida. A ausência disso se torna uma forma de apagamento (Davis, 2022,

p.97).

Eu me achava muito feia, minha mãe não tinha condições para comprar roupas, meu cabelo era grande, volumoso, tão bonito... sempre arrumadinho graças ao tutano de boi com que eram feitas minhas tranças para durar a semana toda, pois nós não tínhamos produtos cheirosos que suportassem as duas horas diárias com sol ou chuva. Esses episódios fizeram com que minha voz, meu corpo e meu pensamento fossem silenciados pelo racismo, o que me levou a não desejar ter nada a ver com outras pessoas negras. Eu me questionava o que havia de errado com minha cor? Onde estava a promoção do bem de todos, a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial assegurada nos princípios da Educação Quilombola que eu não tive? Ainda hoje, quantas ações racistas ocorrem com crianças negras que frequentam a escola e vivenciam a vergonha associada ao “crime” de ser negro?

O campo da educação foi umas das áreas em que os povos negros e Quilombolas tiveram mais direitos negados historicamente, sendo incorporados a um sistema educacional eurocêntrico fundado na discriminação, dominação e exclusão. A escola tem um papel fundamental na construção da identidade racial dos estudantes negros e Quilombolas. No decorrer da minha trajetória escolar, não me apresentaram uma outra visão – desvinculada da escravidão – e nem aprendi sobre a cultura e saberes do meu povo de uma forma positiva. “Eu me sentia sozinha. Tinha muito mais ansiedade social que timidez. Sentia que não valia a pena revelar quem eu era de verdade. Ficava aterrorizada toda vez que “ela” tinha que se mostrar (Davis, 2022, p.112)” Nesse contexto, o “silenciamento” por parte da escola e dos professores interferiu drasticamente na maneira como me via e me percebia, o que prejudicou imensamente o meu aprendizado e a minha socialização na sala de aula e também na sociedade.

Nos espaços escolares, as histórias infantis e os livros didáticos têm uma visão pré-concebidas do ser negro, uma visão imposta a partir das referências racistas e eurocêntricas das elites brasileiras que vigoram até hoje. Nesse contexto, compreendi e percebi – e hoje reflito – que durante minha vivência na Educação Básica, a minha voz, o meu corpo e o meu pensamento de menina, Quilombola e rural foram limitados e, por vezes, silenciados. Sim: fui limitada e silenciada por uma educação que não reconhece o processo histórico de luta do povo negro, nem respeita a diversidade religiosa, ambiental e sexual. Toda trajetória tem um caminho percorrido e tantos outros a percorrer, porém, precisamos refletir acerca do percurso já trilhado para melhor interpretar as realidades que nos são apresentadas. Ao adentrar na Universidade pública por meio do sistema de cotas, percebi, desde a graduação, o quanto era necessário demarcar meu lugar de fala e a reafirmar minhas origens e meu grupo social. Dessa forma, usei o espaço em que estava inserida para disseminar as demandas e a valorização dos povos Quilombolas.

### **3. Conclusão**

Neste breve relato sobre escrevivência de mulher quilombola no processo educacional aponta que teoria e epistemologia do classismo, o racismo e o sexismo são condições estruturantes da sociedade, de modo a influenciar o lugar que o corpo da mulher negra e quilombola irão ocupar.

Efetivamente não é simples romper as ideologias dominantes de uma sociedade racista e sexista, onde a escola reproduzir práticas racistas que interferem na autoestima, empoderamento e valorização da identidade dos educandos e desvaloriza sua produção de conhecimento. Neste sentido, podemos ressignificar as dores, feridas cometida por atos racistas durante as trajetórias acadêmicas por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais, construção de estratégias, que possibilitem o enfrentamento ao racismo e as possibilidades de descolonizar o pensamento como uma estratégia coletiva promoção da justiça e equidade racial.

Como mulher, negra, quilombola, mestra e futura doutora, tornei-me professora de matemática porque ensinar é um rio de cura, na perspectiva descolonizar pensamentos mostrando com histórias iguais à minha foram silenciadas no sentido epistêmico enquanto outras amigas brancas são fortalecidas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2012.

DAVIS, Viola. **Em busca de mim**. Best Seller, 2022.

DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora, 2023.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. **Censo Escolar 2010**.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas (Orgs.) **Mulheres, Gênero e Raça: interseccionalidades [recurso eletrônico]** / Deusa Maria de Sousa; Joyce Otânia Seixas Ribeiro (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

SOUSA, Lucilene Maria de et al. Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 987-992, 2013.

